

Chico de Oliveira, intérprete do Brasil: especificidade, exceção e acumulação primitiva na formação social

Joana Barros*

— Maria Célia Paoli tem uma definição muito interessante e acurada da tarefa da crítica que a obra de Chico de Oliveira representa: Não mais e não ainda - que é uma expressão da Hannah Arendt e que também pode encontrar uma versão semelhante em Gramsci, “o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer”. Na homenagem de entrega da cidadania paulistana a Chico, apontava a amiga que seu pensamento “diante da ruptura do presente, este espaço (do não mais e não ainda), exige passar pelo risco de ousar retomar os fios do pensamento de outro modo, com imaginação atenta e rigor crítico.” (Paoli, 2006, pg. 133).

Chico nunca se furtou a pensar o seu tempo; e de forma inquieta e inquietante, analisou seu tempo, construiu e reconstruiu categorias analíticas que pudessem ajudar a decifrar este enigma chamado Brasil que ele condensou numa imagem tão forte quanto desafiadora: o ornitorrinco.

O Ornitorrinco é um destes textos incontornáveis, escrito em julho de 2003, e ao mesmo tempo já clássico. O texto *O Ornitorrinco* poderia e deveria ser tomado não como bíblia, uma vez que Chico mesmo refutava o “rapa-pé” que vem com a sacralização de autores e derrubava com muita ironia os cânones, compreendendo que as categorias são instrumentos para pensar o concreto, as questões que se apresentam. É um autor que escreve a quente.

Dito isto, queria nesta homenagem não fazer uma exposição d’*O Ornitorrinco* ou celebrar a grandiosidade do pensamento de Chico – que já está dada –, muito menos atualizar o que Chico escreveu. Queria, uma vez mais, pensar com Chico e talvez até contra ele - como já me advertiram alguns leitores das versões iniciais deste pequeno ensaio, também meus mestres e colegas.

Joana Barros é Arquiteta e Urbanista, Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-1039-6961>>.

*

O fio condutor aqui é uma leitura na qual busco as ligações entre os textos e iluminações que estão na *Crítica à razão dualista*, *Elegia para uma re(ligião)*, *O Ornitorrinco* e *O*

Estado e a exceção, tentando chegar ao *Momento Lênin e a Hegemonia às avessas*. Estes textos parecem constituir um caminho para pensar a formação social do Brasil, o desenvolvimento econômico (ou as políticas de desenvolvimento) e a exceção, à luz do papel central que a acumulação primitiva desempenha - atada à discussão sobre ação política. Este fio de condução - a régua e o compasso que Chico de Oliveira nos lega - estabelece os marcos de análise para o conjunto de questões que se constituem como horizontes analíticos do que venho estudando: os chamados projetos de desenvolvimento, financiados pelo PAC e Novo PAC.

Já muito se falou sobre o que me parece ser o centro do ensaio de Oliveira, *A crítica à razão dualista* e da própria formação brasileira: moderno e atraso não são excludentes na formação brasileira e, além disso já muito dito, há outra face e que gostaria de retomar: o moderno produziu o atraso e o fez em duplo sentido - econômico e político. O texto célebre de Chico de Oliveira está nas marcas da melhor tradição marxista – é importante sublinhar que o autor recorre a Rosa Luxemburgo como um dos fundamentos de sua análise neste texto, afastando-se de uma tradição marxista ortodoxa e do estruturalismo, que ao construir um edifício impermeável, leitura canônica e ortodoxa do marxismo, o fez articulado ao fechamento político e à justificação do acento autoritário do regime soviético e sua expansão. Este ponto parece importante porque é a também desta e nesta tessitura de uma disputa sobre os rumos da própria crítica no sentido do campo teórico no qual ele se situa, que este texto inaugural parece se enraizar.

Trinta anos depois, n'*O ornitorrinco*, refletindo sobre a sua própria obra e os vínculos entre a CRD [Crítica à Razão Dualista] e a contribuição da Cepal, Chico, em primeiro momento, reconhece a dureza do embate de ideias presente na CRD, assumindo os “equívocos” de seu ensaio que buscava “introduzir novos elementos na construção da especificidade da forma brasileira do subdesenvolvimento”, numa “espécie de dívida do vício à virtude”, Oliveira aponta a influência e importância da teoria cepalina e especialmente de Furtado nas interpretações (e na ação pública) sobre a formação social brasileira e sua dívida com esta tradição:

A Crítica à razão dualista tenta apanhar esses caminhos cruzados: como “crítica”, ela pertence ao campo marxista, e, como especificidade, ao campo cepalino. Embora arroubos do tempo tenham-lhe inscrito invectivas contra os cepalinos, eu já me penitenciei desses equívocos, a forma tosca de ajudar a introduzir novos elementos na construção da especificidade da forma brasileira do subdesenvolvimento. Uma espécie de dívida do vício à virtude. É cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante (...)” (Oliveira, 2003b, pg. 128)

Mais à frente reitera e sublinha a perspectiva marxista daquele texto e já aponta o caráter permanente daquilo que foi nomeado como a especificidade brasileira.

Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho

informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada (...). (Oliveira, 2003b, pg. 131)

Desde a *Crítica*, e por causa desta perspectiva inaugural, Chico pode retomar uma visada do país que diz com todas as letras: a modernização brasileira não se fez pari passu a sua democratização. Ou seja, a modernização e/ou capitalismo andam muito bem seja em regimes democráticos seja em regimes autoritários. A aposta no binômio modernização-democratização deu com os “burros n’água”:

Mesmo a postura de Florestan, que foi mais longe na radicalidade, mesmo ela precisa ganhar nova densidade para avançarmos na interpretação da sociedade brasileira. Se já no seu trabalho os limites e problemas da democratização numa sociedade periférica apareciam bloqueados por uma espécie de permanente “via prussiana” ou “iberismo” como o Werneck Vianna tem elaborado, se já em Florestan esses limites apareciam, agora o problema repete-se como uma espécie de fuga para a frente, que terminou sempre, na história brasileira, em autoritarismos e em ditaduras. É importante não esquecer que nos 60 anos em que se celebra a industrialização nos padrões da segunda revolução industrial, nesses 60 anos de 1930 a 1990, este país foi governado durante 35 anos por ditaduras abertas, não disfarçadas, o que repõe o tema de Florestan com enorme força e, por que não dizer, com enorme pessimismo. Além disso, os 25 anos que sobram, deduzidas as ditaduras, fazendo-se as contas, foram marcados por tentativas de golpe a cada três anos. (Oliveira, 2001, pg. 93)

Em todo o desenvolvimento de seu argumento na *Crítica*, Chico mostra como a violência e uma visada privatista e antipública nunca esteve longe da construção da modernização brasileira, muito antes pelo contrário (como diz um amigo). Chico puxa os fios de uma análise que, ao articular violência/autoritarismo e desenvolvimento econômico, nos mostra que o polo de contenção da violência ou ainda o polo civilizacional ou em termos de hoje progressista são os trabalhadores, os pobres, os oprimidos, mas em luta. E esta perspectiva se mantém em seus textos posteriores, nos quais se pode perceber as apostas políticas nas dimensões publicizantes e politizantes das lutas sociais. Importa sublinhar que a leitura de Oliveira sobre a formação social, sejam eles ensaios de fôlego e longa duração ou em textos conjunturais e de alcance mais imediato, o autor não considera o capitalismo como um autômato. A luta de classes, os movimentos dos “de baixo”, as lutas, conflitos e disputas ali concernidas, a política, são elementos fundamentais na sua compreensão da formação social brasileira.

Desta perspectiva, um argumento denso e forte se constitui: a articulação sofisticada entre desenvolvimento econômico (nome soft para capitalismo) e autoritarismo-violência, e aparece como elo/elemento de continuidade que Chico (ou a partir dele) estabelece para a discussão sobre o país. É possível dizer, então, que a exceção é um filtro na interpretação e no pensamento de Chico, de onde emerge uma leitura do país na qual autoritarismo/violência são irmãs siamesas do desenvolvimento. Este é o fio que liga a permanente exceção a exceção permanente.

Este é o argumento que está na base do texto *O Estado e a exceção ou o Estado de exceção*, conferência que virou texto de maio de 2003, no qual Chico então apresenta

um argumento bastante importante: a transformação das políticas sociais em “anti-políticas de funcionalização da pobreza”, mostrando como a “financeirização das economias principalmente dos orçamentos públicos retira autonomia do Estado, produz-se uma autonomização do mercado” (Oliveira, 2003a, pg. 9). E segue dizendo: “Mas a contradição está em que tornado supérfluo pela autonomização, o Estado funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. E a exceção está em que as políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda”. (Oliveira, 2003a, pg. 11, grifo meu)

Este ponto é importante porque o debate sobre as políticas públicas e programas sociais - que já tinha se processado nos governos FHC da década da reforma neoliberal do Estado - coartado à financeirização da economia brasileira - terá uma nova volta na cauda do diabo, como dizia Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*.

Nos governos progressistas que começavam em 2003, nos grandes projetos de desenvolvimento (governos progressistas abertamente desenvolvimentistas, independentemente de sua caracterização, que não daria tempo de desenvolver aqui) - articula-se de tal maneira desenvolvimento econômico e programas sociais (políticas públicas sociais) de modo que estas passaram a funcionar como uma espécie de “violador-garantidor de direitos”¹ - do qual, por exemplo, a relação entre o Programa Minha Casa Minha Vida e expropriação seja o ponto e exemplo mais emblemático, nos apontando a partir destas pistas de Chico de Oliveira, a própria política habitacional como elemento da acumulação primitiva e não sua antítese. Explico: nas expropriações de terra de populações tradicionais através de desapropriações para expansão do parque industrial do Complexo industrial-portuário de SUAPE, por exemplo, a remoção de famílias de suas terras era feita com a remoção para conjuntos construídos pelo PMCMV em municípios do assim chamado Território Estratégico de SUAPE.

Seguindo esta trilha de violência-desenvolvimento, com Chico nos olhos e nas lentes da crítica, ali se via então, os modelos clássicos de acumulação primitiva - expropriação de terras para englobá-las ao circuito de exploração através de expulsão direta-remoção com polícia, desalojamento, etc etc, articulada - às vezes na mesma ação - com a “garantia de direito à moradia” através de um programa habitacional, o PMCMV que, por sua vez, também estava concernido no grande pacote de desenvolvimento e aceleração do crescimento econômico - o PAC e agora Novo PAC. Este novo pacote, a tomar pelos números, projetos e fronteiras a desbravar oferecidas pelo governo, se agudiza estes processos.

Esta perspectiva de leitura passa e articula elementos que estão na *Crítica à razão dualista*, n’*Ornitórinco* e n’*O Estado e a exceção* - e que na *Elegia* aparecem explicitamente numa passagem sobre o Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca (Dnocs).

(...) A ação do Dnocs revestiu, nas secas ou nas “emergências”, como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade [das chuvas] se agrava, formas típicas de acumulação primitiva. (...) Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos “coronéis”, a oligarquia algodoeira-pecuária. (Oliveira, 2008, p.178-9)

Se na *Crítica à razão dualista* a acumulação primitiva não é tomada como um momento histórico inicial e que se esgota como etapa da formação social brasileira, mas está

¹ Este argumento foi inicialmente desenvolvido em minha pesquisa de pós-doutoramento *Narrativas do desenvolvimento*, baseada no IAU-USP, sob supervisão de Cibele Rizek entre 2015 e 2018; depois o argumento foi trabalhado num texto em conjunto com Gustavo Prieto, no qual avaliamos a experiência de implantação do Complexo industrial-portuário de SUAPE, na Revista Contemporânea do Departamento de Sociologia da UFSCar.

na base da combinação e da produção do atraso e do moderno na formação social brasileira, na *Elegia*, Chico recorre a ela para pensar o papel do DNOCS, mostrando como as obras implantadas pelo Departamento (existente até os dias atuais) induziram a incorporação de grandes extensões de terra e de água, através de vultosas somas de recursos públicos em projetos de abertura de frentes de trabalho, abertura de poços e construção de açudes nos latifúndios e toda a mecânica que envolvia os projetos “de combate à seca” - que resultaram em concentração de propriedade e de capital – base, como se sabe, do desenvolvimento do país.

E isto se faz sob o signo da violência: seja pelo uso da polícia e do exército em associação aberta ou indireta com a violência privada, seja pela via da ação legal acionando os dispositivos de gestão do Estado como as desapropriações (base das expropriações de terra tais quais as que citamos em SUAPE nos dias correntes), em nome do bem público (corrente em obras de grande porte nas cidades para fins de infraestrutura urbana ou para logística industrial) ou em situações de emergência e exceção tais como as ditas secas extremas ou as calamidades sanitárias². Medidas estas que mais das vezes reforçam e contribuem para a concentração de terra (e de água), capital e trabalho - sob a égide da propriedade privada dos meios de produção. Importa aqui sublinhar que é nesta *Elegia para uma re(ligião)* que o debate sobre desenvolvimento regional se assenta, sendo este texto de Chico de Oliveira reconhecido como um dos quais estabelece o campo de preocupações sobre desenvolvimento regional e regionalismo. À diferença de parte considerável deste campo de debates, em Chico de Oliveira, e este texto é seminal para isto, as dinâmicas regionais não são pensadas para dentro delas mesmas, e as “regiões” são tomadas não como delimitações com características intrínsecas e características. E isto nos permite afirmar (ou considerar desde esta dimensão do debate do desenvolvimento e das “regiões” agora, de um ponto de vista da análise das diferenças e desigualdades regionais, que a tese da CDR se reafirma - o atraso é produzido no seio do moderno - e traz mais uma camada de análise nesta interpretação do Brasil, empreendida na obra de Francisco de Oliveira.

Interessa aqui sublinhar mais uma vez como as características muitas vezes tomadas como aspectos característicos de certas regiões são examinadas por Chico de Oliveira de uma maneira não engessada, através das disputas políticas e de categorias/noções não essencialistas ou normativas. Aqui as especificidades seja das “regiões” seja do país são consideradas no bojo das “formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala global” (Oliveira, 2008, pg. 145).

Dito de outra maneira: enigma brasileiro ou as características das regiões são tomadas diante e em relação ao processo de formação social brasileira. As especificidades então não são o ponto fora da curva do desenvolvimento regular da nação, um conteúdo que falta a esta ou aquela região, ou ainda a maior ou menor identificação de uma forma concreta com as normas ou categorias sociológicas, políticas, sociais. A especificidade e exceção são, portanto, faces de uma mesma formação social e não elementos do desenvolvimento incorreto desta formação.

Se retomamos a noção-ideia de *estado de exceção* e como ela aparece, sobretudo, na obra de Chico de Oliveira chegaremos aos textos que irão discutir a conjuntura pós-desmanche neoliberal, ou em outros termos, a partir da tentativa de nomear a política numa era de indeterminação, em que se tornam opacas as linhas de força por onde

² Para uma discussão sobre o caráter produzido das secas, ver o excelente artigo de Paulo Zangalli Jr.

o conflito entre dominantes e dominados era compreensível. A nomeação “exceção” aparece primeiro no instigante *Entre o Céu e a Terra: mensurando a utopia*, mas é possível encontrá-la de modo mais sistematizado em quatro textos: *O Estado e a Exceção* (2002), *O Ornitorrinco* (2003), *Momento Lênin* (primeira versão de 2004, publicado em 2007) e *Política numa era de indeterminação* (primeira versão de 2003, republicado em 2007).

No texto *Entre o céu e a terra: mensurando a utopia*, de 1998, Chico de Oliveira afirma que a construção da democracia e da cidadania no Brasil se assemelha a um “trabalho de Sísifo”. Os sucessivos esforços dos dominados em alcançarem patamares mínimos de cidadania e democracia equivaleriam a um trabalho de Sísifo, pois seriam destruídos constantemente pelos dominantes através dos violentos códigos de sociabilidade privada e o poder do Estado agindo de modo implacável contra esses esforços³.

Deste modo, a história do Brasil poderia ser compreendida como uma “permanente exceção”, em que a experiência democrática seria uma exceção na história da República, no sentido de os dominantes buscarem repor constantemente os códigos violentos de sociabilidade privada contra os esforços dos dominados em publicizar o conflito.

Em termos históricos, esses esforços podem ser encontrados nos diversos momentos em que as novas formas de organização da classe emergente foram reprimidas ou desqualificadas, como na repressão ao Partido Comunista em 1947, na intervenção nos sindicatos de trabalhadores, na dura repressão aos movimentos do campo, às lutas dos movimentos sociais urbanos presentes no cotidiano das grandes cidades, até os códigos violentos de sociabilidade privada.

Esse “ódio à democracia”⁴ dos dominantes contou, porém, com sucessivas formas de resistência dos dominados. A resistência e as lutas populares e dos trabalhadores então podem ser compreendidas como este esforço de mitigar, de limitar o mando privado, a violência do capital e do Estado.

Deste modo, a exceção permanente poderia ser vista como estruturante do próprio campo por onde dominantes e dominados se moveriam a partir de então. Trata-se de se pensar a exceção como regra, como norma estruturante na periferia capitalista.

Convocada pelo Chico, volto “ao exame empírico” como ele faz n’*O Estado e a exceção*, e estamos diante dos projetos de desenvolvimento “alavancados pelo Novo PAC” que articulam num grande “projeto nacional” políticas públicas, aquelas dos anos 1980 – universalizantes e garantidoras de direitos; programas sociais, de cunho compensatório; uma vertiginosa economia financeirizada – estendendo-se até as compensações dos desastres ambientais desses projetos – numa espiral de securitização e volatilidade... Tudo isto (e muito mais) alavancado (palavra ouvida *ad nauseam* da boca dos investidores) por vultuosas somas de recursos públicos, sugados pelas empresas globais e/ou consórcios que integram as grandes empresas do país vindas da ditadura militar aos grandes conglomerados globais.

Tudo isto seguindo sob a violência aberta da expulsão - onde a exploração precisa se fazer extensa e intensivamente, e onde a propriedade privada da terra e sobre aquilo que ela guarda é fundamental (nos casos de mineração, por exemplo); ou sob a forma de renda da terra – cuja passagem de acumulação primitiva está cada vez mais calcada

³O mito legou a Sísifo o papel de homem astucioso que conseguiu resolver todas as situações difíceis que a vida lhe armou, inclusive a de acorrentar a morte e fugir do inferno o que resultou no castigo eterno de levar uma enorme pedra para o topo de uma montanha e despencá-la novamente para no dia seguinte recomeçar tudo novamente. Sísifo, deste modo, desafiou os deuses e foi condenado a viver eternamente do suor do seu próprio trabalho que lhe destituía a astúcia e ou-sadia. Aos dominados restaria o esforço constante de tornar os conflitos do trabalho como questão pública.

⁴A expressão é de Jacques Rancière, mas caberia perfeitamente ao Brasil. Rancière recoloca a forma como esse ódio constante tem aparecido contemporaneamente, mostrando como a democracia é o escândalo daqueles que não têm nada, nem propriedades e nem títulos, poderem governar. A essa antiga crítica à democracia vem se juntar uma nova, reiteradamente repetida por seus críticos: o governo democrático é mal quando ele se deixa corromper pela sociedade democrática que deixa que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Desse modo, a boa democracia é aquela que reprime a catástrofe da intensidade da vida democrática. O bom governo democrático deveria ser aquele que reprimiria esse excesso democrático. Sobre isso cf. Rancière (2005). Miguusko (2012) trata da existência da democracia como excesso na ação política dos movimentos de sem-teto em livro *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*.

na chamada regularização fundiária, que trata-se de um imenso processo de tornar proprietários aqueles que viviam de seu trabalho – mas não nos termos clássicos flagrados por Caio Prado ou mesmo Florestan Fernandes, nos estudos da Cátedra⁴.

Violência e desenvolvimento amalgamados num programa de aceleração do desenvolvimento que promete a “felicidade” e o desenvolvimento para todos, livres da sombra autoritária.

À diferença daquilo flagrado por Chico na *Crítica*, isto tudo acontece num país que já se desenvolveu, já se modernizou, já se urbanizou, já se industrializou, como ele mesmo constata 30 anos depois. Do ponto de vista da explicação, as fórmulas do tipo “é apenas mais do mesmo” fariam Chico estrilar; assim como aquelas que propagam que estamos voltando a um ciclo virtuoso de conquistas e direitos. Ao fim e ao cabo, este percurso aqui esboçado seja como os textos do Chico: nos coloca mais questões no calor da conjuntura, onde se precisa escolher. Aqui e hoje a perspectiva esboçada no *Momento Lênin* talvez por seu desfecho já em 2006, não seja mais possível.

A *Crítica à razão dualista* e *Elegia* - assumindo a hipótese de Alexandre Barbosa de serem um livro só - pode nos ajudar a destrinchar esse emaranhado de leituras equivocadas que seguem pensando as políticas de desenvolvimento sob a marca do rearranjo ou da perspectiva da completude do projeto de desenvolvimento e de nação. Uma rápida olhada nos números do Novo PAC evidencia o quanto a tese da Cepal e do subdesenvolvimento estão arraigadas; e, por outro lado, é neste “sertão atrasado” que se localizam os maiores investimentos desta chamada transição energética. A *reconquista da Amazônia*, texto de Chico de Oliveira de 2009, nos dá pistas para compreender os aliançamentos de classe que permitiram a expansão da financeirização sobre as terras da Amazônia, através de aliançamentos da burguesia baseados em São Paulo como setores da burguesia e oligarquias rentistas na Amazônia, e que estão na ponta do desenvolvimento proposto hoje no Novo PAC: capital financeiro e acumulação primitiva. Estão a um só tempo trazendo para dentro do circuito de valorização do capital terras comuns, devolutas, de pequenos posseiros com base em tecnologia de ponta, cuja materialidade depende da mineração que se desenvolve às vezes sob o mesmo chão onde pousam as imensas pás da energia eólica, supostamente limpa.

Tudo se passa novamente como diria Euclides da Cunha, referindo-se ao massacre de Canudos: não fosse pelas armas do exército da República, estariam todos os sertanejos que se opõem a esta fórmula desenvolvimento e progresso superados pelo próprio desenvolvimento e progresso. Mas resiste-se a isto. Nos fundos de pastos, nos territórios pesqueiros, nas formas sem forma do trabalho pelo qual se luta por dignidade, nas lutas dos camponeses desapossados de suas terras, dos indígenas por garantia de sua existência, através dos trabalhadores subalternizados, e outros que talvez tenham visto a “noiva da Revolução”.

E aqui talvez Chico apertasse os olhinhos para ouvir mais uma vez as minhas elucubrações vindas das pesquisas no chão do “sertão”. Certamente, Chico mais uma vez tensionaria aquilo tudo, me perguntando se aquilo poderia plasmar no cerne da resistência à dominação, a sua destruição, se estes muitos em lutas não as lutas que instituíram direitos nos anos 1980, a partir das lutas e organizações sobre o trabalho estendido vazado do chão da fábrica para a cidade, e que o convocaram a pensar a

era das invenções democráticas. Estas aqui são lutas de resistência, em movimentos contra a violência da despossessão, no cerne de processos de acumulação primitiva tão intensos quanto perversos - tanto pela brutalidade quanto pelas formas muito sofisticadas de articulação entre violação e garantia de direitos - azeitada e amalgamada em políticas de desenvolvimento e programas sociais. E eu talvez o provocasse: vamos ver, uma vez que foi você que me ensinou a pensar excepcionalmente!

Dante do cenário sob o qual este texto foi escrito - pouco tempo depois da eleição de 2022 no qual se derrotou o fascismo aberto encarnado na figura de Jair Bolsonaro, num governo progressista que implementa um pacote de ajuste fiscal e um Novo PAC - o trecho final do *Estado e a Exceção* soa em nossos ouvidos nos cobrando uma postura crítica, atenta, contra a onda de adesão fácil que tem redundado em submissão do pensamento crítico aos governos deste campo progressista. Aliás, coisa que Chico nunca fez.

A dura ironia e crítica aos seus que Chico nunca se furtou a fazer, presente no texto de maio de 2003, pode ser um alerta para que diante do fato de que o “esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações”. Chico nunca se entregou nem às leituras duais nem aos dispositivos de dominação que a exceção impõe.

Em sua companhia, a tarefa da crítica parece ser: diante da excepcionalidade e da exceção, pensar excepcionalmente, refutando as saídas fáceis e não abandonando as utopias.

Bibliografia citada

- MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco de. Como pensar com especificidade e radicalidade. *Revista Lua Nova* [Internet]. 2001; nº 54, pg. 89-95. [Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/tWR-DxghtCHdRddwpYSc5jtt/>>].
- _____. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 5, nº 1, maio de 2003a, pg. 9-14. [Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p9>>]
- _____. A reconquista da Amazônia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, pp.3-14, mar. 1994.
- _____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- _____. *A noiva da revolução; Elegia para uma re(ligião)*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAOLI, Maria Célia. “Não mais e não ainda”: invenção e emergência em Chico de Oliveira. RIZEK, Cibele; ROMÃO, Wagner. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *O ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo editorial, 2005.
- ZANGALLI JUNIOR, Paulo. As secas no sertão: dualidade climática entre o excepcional e o habitual. In: BARROS, PRIETO E MARINHO. *Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.